Agricultura

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE
28 Maio 1998

1993

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia
da República

REQUERIMENTO Nº 686/VII(3.a) - AC

A população do concelho de Resende tem como principal actividade económica a agricultura.

A cereja é o produto que hoje maior expressão tem na economia familiar.

Aí se encontram já pomares de cerejeiras, tratados segundo técnicas modernas, em todo o concelho. Toda esta zona, mercê da sua situação geográfica - margem sul do rio Douro - tem condições particulares de solo e clima, como evidenciam diversos estudos realizados por universitários e especialistas de agricultura, que fazem amadurecer as cerejas de excelente qualidade, 2 a 3 semanas antes do resto do País e da Europa.

Todas estas circunstâncias asseguram um mercado alargado, tendo para isso os produtores criado cooperativas que ajudem e tratem da comercialização da cereja.

Acontece que a par desta natural aptidão para a precoce produção de boa cereja há a possibilidade, como noutros sectores da actividade agrícola, de ocorrerem intempéries, o que pressupõe enormes riscos para a economia familiar.

Para minimizar prejuízos avultados, como aconteceu nos anos de 1995 e 1996 em todo o país, o Governo atribuiu apoios na ordem dos 315 mil contos em cada um dos anos.

Em 1997 os produtores de cereja da Cova da Beira beneficiaram de apoios especiais, enquanto os de Resende nunca tiveram qualquer tratamento idêntico.

O seguro agrícola é, sem dúvida, o instrumento mais capaz de garantir a confiança para a continuidade da produção deste fruto. Só que os produtores têm tão má experiência quanto à cobertura dos riscos, que só cerca de 20% fizeram seguro no corrente ano.

Confrontado com a situação de se ter abatido por altura da Páscoa uma anormal tempestade de granizo, chuva e vento que destruiu 80 a 85% da cereja, o Senhor Ministro da Agricultura prestou declarações recentemente que

Para preparar o expediente
98/05/29
O Chefe de Divisão

deixam perplexos os produtores de cereja de Resende quanto à possibilidade de apoios para minimizar os prejuízos com esta quebra de produção, quer quanto às potencialidades da zona para a produção de cereja.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, requeremos ao **Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**, que forneça as seguintes informações:

1. Reconhece ou não o Ministério da Agricultura as excepcionais condições de clima e solo para a produção de cereja no concelho de Resende?

2. Encara ou não a possibilidade de analisar a anormal situação climática verificada no corrente ano que originou uma quebra de produção fora do normal, no sentido de conceder um apoio económico aos agricultores?

3. Porque razão não há mais apoio técnico aos agricultores de Resende, através de serviços de extensão rural, uma vez que só lá vai um técnico uma vez por semana?

4. Porque não encara o Governo a possibilidade de um apoio financeiro aos produtores de cereja, amortizável num período a definir, para garantir novos meios de protecção à produção de cereja?

Palácio de S. Bento, 27 de Maio de 1998

Os Deputados do PSD

(Adriano Azevedo)

(José Cesário)

(Carlos Marta Gonçalves)